



MUNICÍPIO DE ARACAJU
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

PLANO DE TRABALHO TERMO DE FOMENTO 03/2025

1. DADOS DA PARCERIA	
ORIGEM DO RECURSO	Câmara Municipal de Aracaju
MODALIDADE	Emenda Individual Impositiva Indireta
Nº/ANO	340, 379, 390, 403, 413, 417, 435, 444, 472, 487, 492, 502, 515 e 521/2025
PRAZO DE EXECUÇÃO	12 meses
INÍCIO DA VIGÊNCIA	12 (doze) meses a partir de sua assinatura
FINAL DA VIGÊNCIA	12 (doze) meses após a sua assinatura

2. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES			
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
UNIDADE GESTORA	Secretaria Municipal da Saúde de Aracaju/Fundo Municipal de Saúde/SMS		
CNPJ	11.718.406/0001-20		
ENDEREÇO	R. Nely Correia de Andrade, 50 - Coroa do Meio, 49036-245 Aracaju - SE		
EMAIL		TELEFONE	(79) 3711-5000
RESPONSÁVEL	Débora Cristina Fontes Leite	CARGO	Secretária

DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL			
ENTIDADE	Fundação de Beneficência Hospital de Cirurgia		
CNPJ	13.016.332/0001-06		
ENDEREÇO	Av. Desembargador Maynard, 174 - Bairro Cirurgia, Aracaju - SE, 49055-210		
EMAIL	convenios@fbhc.org.br	TELEFONE	(79)2106-7312
RESPONSÁVEL	Márcia de Oliveira Guimarães	CARGO	Interventora judicial

3. FINALIDADE DA PARCERIA	
OBJETO	Promover ações colaborativas entre os participantes, visando garantir apoio financeiro para a aquisição de equipamentos destinados à modernização e/ou substituição do parque tecnológico do Hospital de Cirurgia, com foco na ampliação da oferta e na melhoria da qualidade dos serviços prestados.



MUNICÍPIO DE ARACAJU
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

4. DESCRIÇÃO DA REALIDADE

DOS OBJETIVOS

A aquisição de novos equipamentos para o Hospital de Cirurgia representa um avanço significativo na modernização do parque tecnológico da instituição, com impactos diretos na eficiência e na qualidade dos serviços de saúde prestados. Essa iniciativa visa não apenas renovar tecnologias obsoletas, mas também ampliar a capacidade de atendimento, reduzindo filas, otimizando diagnósticos e agilizando procedimentos. Com essa modernização, o hospital estará mais bem preparado para responder às demandas crescentes da população, especialmente dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), que dependem exclusivamente do atendimento público. A melhoria na infraestrutura tecnológica contribuirá para um cuidado mais seguro, humanizado e resolutivo, refletindo diretamente na qualidade de vida dos pacientes e no fortalecimento do sistema de saúde como um todo.

DA JUSTIFICATIVA

A modernização do parque tecnológico do Hospital de Cirurgia por meio da aquisição de novos equipamentos é uma ação estratégica e necessária para garantir a continuidade e a qualificação dos serviços prestados à população, especialmente àquela assistida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente, muitos dos equipamentos encontram-se defasados ou com limitações técnicas, o que compromete a eficiência dos atendimentos, prolonga o tempo de diagnóstico e impacta negativamente nos desfechos clínicos. Ao investir em tecnologias mais modernas e adequadas às exigências atuais da medicina, o hospital poderá ampliar sua capacidade operacional, reduzir o tempo de espera por exames e procedimentos, além de oferecer um cuidado mais seguro, preciso e humanizado. Essa iniciativa traz benefícios diretos à população, promovendo maior acesso, equidade e qualidade nos serviços de saúde, ao mesmo tempo em que fortalece a sustentabilidade e o desempenho institucional do hospital no contexto da rede pública.

Portanto, a aquisição de novos equipamentos justifica-se pela necessidade urgente de modernização, pela relevância social do Hospital de Cirurgia enquanto referência regional no atendimento SUS e pelo compromisso com a excelência no cuidado à saúde.

DO PÚBLICO ALVO

O projeto está direcionado diretamente para atender os 602.757 (seiscentos e dois mil e setecentos e cinquenta e sete) municípios de Aracaju.

5. METAS / AÇÕES

METAS			AÇÕES	
Nº	DESCRÍÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS	DESCRÍÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS
01	Adquirir e implementar, no prazo de até 12 meses, um conjunto de equipamentos médico-hospitalares	Espera-se que, com a aquisição e a implantação dos novos equipamentos, o Hospital de Cirurgia aumente significativamente sua capacidade de atendimento. Além disso, a modernização do parque tecnológico contribuirá para a otimização dos fluxos assistenciais, elevação dos índices de resolutividade e satisfação dos pacientes, além de fortalecer o papel do hospital como referência regional em saúde pública.	Aquisição de Cama elétrica motorizada para adultos; acessório de cama elétrica motorizada para paciente ortopédico (quadro balcânico e trapézio)	Obter 100% de sucesso na aquisição dos equipamentos

6. RECURSOS FINANCEIROS

DAS RECEITAS			
ORIGEM DOS RECURSOS	DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	CONTRAPARTIDA	TOTAL
VALORES	R\$ 1.761.721,00	R\$ 256.646,50	R\$ 2.018.367,50

DA ORIGEM DOS RECURSOS	MESES DO PERÍODO											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA R\$ 1.761.721,00	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X



MUNICÍPIO DE ARACAJU
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

CONTRAPARTIDA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
R\$ 256.646,50												
TOTAL	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
R\$ 2.018.367,50												

DAS DESPESAS						
META (Nº)	AÇÃO (Nº)	OBJETO DA DESPESA	INDICADOR FÍSICO		INDICADOR FINANCEIRO	
			UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	(R\$) UNITÁRIO	(R\$) TOTAL
01	01	Cama elétrica motorizada para adulto	UND	59	26.582,50	1.568.367,50
		Acessório de cama elétrica para paciente ortopédico (quadro balcânico e trapézio)	UND	30	15.000,00	450.000,00
VALOR TOTAL (R\$)						2.018.367,50

7. METODOLOGIA

DA FORMA DE EXECUÇÃO

O processo de compra será realizado por cotação prévia de preços, por meio da plataforma LICITANET, garantindo competitividade, publicidade e ampla participação dos fornecedores.

8. INDICADORES

DOS RESULTADOS ESPERADOS

DAS METAS		DAS AÇÕES		PEÇAS DE VERIFICAÇÃO / COMPROVAÇÃO
Nº	INDICADOR	Nº	INDICADOR	
01	Avaliação documental	01	Perceitual de efetivação da aquisição	Cotação prévia de preços através da plataforma LICITANET, notas fiscais, comprovantes de pagamentos, nº patrimônio fotos

9. PACTUAÇÃO

O Plano de Trabalho é parte integrante e indissociável da Parceria celebrada entre o Poder Executivo Municipal e a Organização da Sociedade Civil beneficiada.

A comprovação da execução física e financeira do presente instrumento deverá observar os critérios estabelecidos na Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

Vislumbrando o alcance dos resultados esperados, ficam pactuadas, entre as partes, as metas e ações propostas pela instituição, analisadas e aprovadas pelo órgão da Administração Pública responsável, e seu fiel cumprimento.

Aracaju/SE,

MARCIA DE OLIVEIRA Assinado de forma digital por
GUIMARAES:4070479 MARCIA DE OLIVEIRA
3504 GUIMARAES:40704793504
Dados: 2025.09.26 08:24:32
-03'00'

MÁRCIA DE OLIVEIRA GUIMARÃES
INTERVENTORA JUDICIAL
FUNDAÇÃO DE BENEFICÊNCIA HOSPITAL DE CIRURGIA

DÉBORA CRISTINA FONTES LEITE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE

TERMO DE FOMENTO Nº 03/2025

Processo nº: 52.935/2025

**TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARACAJU,
POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL
DA SAÚDE DE ARACAJU E A
FUNDAÇÃO DE BENEFICÊNCIA
HOSPITAL DE CIRURGIA,
OBJETIVANDO AQUISIÇÃO DE
EQUIPAMENTOS DESTINADOS À
MODERNIZAÇÃO E/OU SUBSTITUIÇÃO
DO PARQUE TECNOLÓGICO DO
HOSPITAL DE CIRURGIA, COM FOCO
NA AMPLIAÇÃO DA OFERTA E NA
MELHORIA DA QUALIDADE DOS
SERVIÇOS PRESTADOS.**

O Município de Aracaju, Pessoa Jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 13.128.780/0001-00, com sede na Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, 42, Ponto Novo, Aracaju/SE, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**, órgão da administração direta, inscrita no CNPJ sob o nº 11.718.406/0001-20, sediada na Rua Nely Correia de Andrade, nº 50, Bairro Coroa do Meio, CEP: 49.036-245, em Aracaju/SE, via Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.718.406/0001-20, neste ato representado por sua Secretária, **DÉBORA CRISTINA FONTES LEITE**, brasileira, médica, portadora de CPF sob nº 481.XXX.XXX-00, doravante denominado como **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, e a **FUNDAÇÃO DE BENEFICÊNCIA HOSPITAL DE CIRURGIA**, entidade de **caráter filantrópico, sem fins lucrativos**, CNPJ nº 13.016.3332/0001-06, estabelecida com sede na Av.Desembargador Maynard,174 -Bairro Cirurgia, Aracaju/SE, neste ato representada por seu representante legal, **MÁRCIA DE OLIVEIRA GUIMARÃES**, brasileira, portador da carteira de identidade nº 813.XXX/SSP-SE, inscrito no CPF sob nº 407.XXX.XXX-04,doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC)**,que conjuntamente denominam-se **PARCEIROS**, sujeitando-se, no que couber, aos termos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016; Decreto Municipal nº 7.523/2024 de 08 de março de 2024; Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, e demais normas que regulamentam a espécie, em conformidade com o Plano de Trabalho deste instrumento, **RESOLVEM** celebrar o presente Termo de Fomento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (Lei 13.019/2014, Art. 42, I)

1.1. O presente Termo de Fomento, decorrente das Emendas Parlamentares de nº **340, 379, 390, 403, 413, 417, 435, 444, 472, 487, 492, 502, 515 e 521/2025**, celebra sem chamamento público nos termos do Art. 29 da Lei nº 13.019/2014, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, considerando a relevância pública e social, a execução do Objeto, em conformidade com

o Plano de Trabalho, que rubricado pelas partes, é parte integrante e indissociável do presente instrumento (**Lei 13.019/2014, Art. 42, Parágrafo Único**).

1.2. Para fins da correta e regular operacionalização das emendas parlamentares impositivas por parte da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC), é indispensável que o interesse público da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA seja atendido mediante ações adstritas ao público-alvo predominantemente do município de Aracaju, nos termos do Decreto Municipal nº 7.523/2024 de 08 de março de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES (Lei 13.019/2014, Art. 42, II)

2.1. Da organização da sociedade civil:

I. Comprovar a existência, mínima de 01 (um) ano, da Organização da Sociedade Civil, por meio de documento emitido pelo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), no sítio eletrônico oficial da Receita Federal do Brasil; (**Lei nº 13.019/2014, Art. 33, V**)

II. Comprovar experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

III. Assegurar instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento e alcance das ações e metas estabelecidas;

IV. Apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa do município; (**Lei nº 13.019/2014, Art. 34, II**)

V. Apresentar cópia do estatuto e eventuais alterações registradas;

VI. Apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

VII. Apresentar relação nominal, atualizada, dos dirigentes da entidade, com nome, endereço, telefone, email, RG e CPF;

VIII. Comprovar o endereço da Organização da Sociedade Civil;

IX. A organização da sociedade civil deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos que exerce suas ações, todas as parcerias celebradas com a administração pública; (**Art. 11, Lei nº 13.019/2014**)

X. Gravar, com cláusula de inalienabilidade, equipamento ou material permanente adquirido com recurso da parceria; (**Lei nº 13.019/2014, Art. 35, § 5º**)

XI. A organização da sociedade civil deverá verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação.

XII. O gerenciamento administrativo e financeiro, exclusivo, dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal; (**Lei nº 13.019/2014, Art. 42, XIX**)

XIII. O pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública à inadimplência da organização da sociedade civil; **Lei 13.019/2014, Art. 42, XX**

XIV. As organizações da sociedade civil deverão obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, para fins de comprovação das despesas. (**Decreto 8726/2016, Art. 37**)

XV. Transferir a propriedade à administração pública de equipamento ou material permanente adquirido com recurso da parceria, em caso de extinção da Organização;

XVI. Manter e movimentar, em conta corrente específica, os recursos recebidos em decorrência da parceria;

XVII. Aplicar os recursos recebidos em caderneta de poupança ou fundo de aplicação financeira, enquanto não empregados na finalidade;

XVIII. Prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos, observando as orientações presentes contidas neste presente Termo e legislação aplicável;

XIX. Restituir à administração pública os recursos que por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, resultam saldos financeiros remanescentes, inclusive as receitas obtidas em decorrência das aplicações financeiras realizadas;

XX. Durante o prazo mínimo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a formalização da parceria e prestação de contas. (**Lei 13.019/2014, Art. 68, Parágrafo único**);

XXI. Destinar os serviços decorrentes da execução do objeto à maioria simples de usuários do município de Aracaju.

2.3. Da administração pública:

I. Adotar as medidas necessárias, tanto na capacitação de pessoal, quanto no provimento de recursos materiais e tecnológicos, que assegurem a capacidade operacional da administração pública para celebrar a parceria, cumprir as obrigações dela decorrentes e assumir as respectivas responsabilidades; (**Art. 8º, Lei 13.019/2014 e parágrafo único**)

II. Avaliar as propostas de parceria com rigor técnico necessário;

III. Designar gestores habilitados a controlar e fiscalizar a execução em tempo hábil e de modo eficaz;

IV. Apreciar as prestações de contas na forma e nos prazos determinados nesta Lei e na legislação específica;

V. Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento; (**Art. 10, Lei 13.019/2014**)

VI. Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria; (**Art. 12, Lei 13.019/2014**)

VII. Divulgará, em meios públicos de comunicação, campanhas publicitárias e programações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, no âmbito das parcerias previstas; (**Art. 14, Lei 13.019/2014**)

VIII. Emitir parecer técnico, indicação do gestor da parceria e monitoramento; (**Lei 13.019/2014, Art. 35, V**)

VIX. Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades; (**Lei 13.019/2014, Art. 35, §3º**)

X. Emitir parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria; (**Lei 13.019/2014, Art. 35, VI**)

XI. Estabelecer **Setor Responsável** ao qual a organização da sociedade civil poderá dirimir dúvidas decorrentes da execução da parceria, e buscar soluções técnico-administrativas junto ao órgão gestor da parceria; (**Lei 13.019/2014, Art. 42, XVII**)

XII. Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos referentes às parcerias celebradas nos termos da Lei 13.019/2014 (**Lei 13.019/2014, Art. 50**)

XIII. Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, conforme o disposto na Cláusula Sexta do presente Termo; (**Lei 13.019/2014, Art. 58**)

2.4. Do gestor da parceria

I. Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria; (**Lei 13.019/2014, Art. 61**)

II. Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos

recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III. Na hipótese da inexecução da parceria por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, o gestor deverá comunicar a(s) situação (ões) ao administrador público, para adoção das medidas administrativas previstas; (**Lei 13.019/2014, Art. 62, Parágrafo Único**)

IV. Emitir o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação (RTMA) da parceria observando os Art. 59, 60 e 61 do Decreto nº 8.729/2016, e o submeter à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada; (**Lei nº 13.019/2014, Art. 59**)

V. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação, que deverão, obrigatoriamente, mencionar: (**Lei 13.019/2014, Art. 67, § 4º**)

V.I. Os resultados alcançados e seus benefícios;

V.II. Os impactos econômicos e/ou sociais;

V.III. O grau de satisfação do público alvo;

V.IV. A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão da parceria;

VI. Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação; (**Lei 13.019/2014, Art. 61, V**)

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS (Lei 13.019/2014, Art. 42, III)

3.1 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 18401

3.2 FONTE DE RECURSO: 15001002

3.3 PROJETO DE TRABALHO: 10.302.0085.2088

3.4 PROJETO/ATIVIDADE/DENOMINAÇÃO: 2088

3.5 ELEMENTO DE DESPESA: 44504200 – Investimento

3.6. R\$ 1.761.721,00 (um milhão, setecentos e sessenta e um mil, setecentos e vinte e um reais) – INVESTIMENTO;

3.7. CONTRAPARTIDA R\$ 256.646,50 (duzentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos);

3.8. VALOR GLOBAL R\$ 2.018.367,50 (dois milhões, dezoito mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

II. Os recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberados em conformidade com o respectivo cronograma de desembolso do Plano de Trabalho Anexo I, exceto nos casos de retenção justificada até o saneamento das impropriedades; (**Lei nº 13.019/2014, Art. 48**);

II.I A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA promoverá a transferência dos recursos na conta especialmente vinculada à presente parceria, no prazo de até 15 (quinze) dias após a devida apresentação da(s) nota(s) fiscal (is) e/ou Cotações de Preços e Homologações dos Processos Licitatórios dos equipamentos a serem adquiridos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC), em conformidade com o respectivo cronograma de desembolso constante no PLANO DE TRABALHO e mediante comprovação do atingimento das metas pactuadas, exceto nos casos de retenção justificada até o saneamento das impropriedades; (**Lei nº 13.019/2014, Art. 48**);

III. Os recursos decorrentes das Emendas Parlamentares deverão ser utilizados de acordo com o teor do Decreto Municipal nº 7.523/2024 de 08 de março de 2024, e demais legislações pertinentes, bem como no lastro do PLANO DE TRABALHO e condições especificadas neste termo.

IV. Para a liberação dos recursos, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) deve emitir ofício de liberação da parcela com a identificação da instituição beneficiária, o número do presente termo de fomento, devendo ser protocolado perante a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA com os documentos previstos na IN 002/2004 ou em legislação que a substituir.

3.10. Da movimentação dos recursos

I. As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas nos termos desta parceria, sendo vedado:

I.I. utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

I.II. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; (**Lei 13.019/2014, Art. 45, I e II**)

I. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados e movimentados em conta corrente específica (**Lei 13.019/2014, Art. 51**)

II. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

III. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária. **Art. 53.**

IV. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC), na forma prevista na CLÁUSULA TERCEIRA;

IV.I. Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, o Termo de Fomento poderá admitir a realização de pagamentos em espécie. **Art. 53.º 2º**

3.11. Da restituição dos recursos (Lei 13.019/2014, Art. 42, IX)

I. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública; (Lei 13.019/2014, Art. 52)

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA (Lei 13.019/2014, Art. 42, VI)

4.1. Do prazo

I. O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nas condições previstas no art. 55 da Lei nº 13.019/2014.

II. A presente parceria somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação dos respectivos extratos no meio oficial de publicidade da administração pública; (Lei 13.019/2014, Art. 38)

4.2. Das alterações

I. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto; (Lei 13.019/2014, Art. 55)

II. A prorrogação de ofício da vigência do termo de colaboração ou de fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado;

II.I. As parcerias poderão ser prorrogadas de ofício, no caso de atraso na liberação de recursos por parte da administração pública, por período equivalente ao atraso; (Lei 13.019/2014, Art. 83, § 1º)

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS (Lei 13.019/2014, Art. 42, VII)

I. Nas parcerias cuja duração exceda um ano, é obrigatória a prestação de contas ao término de cada exercício; (Lei 13.019/2014, Art. 49)

II. A prestação de contas deverá ser feita observando-se as regras previstas, além de prazos e normas constantes do instrumento de parceria e do plano de trabalho; (Lei 13.019/2014, Art. 63);

II.I A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) prestará contas à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias corridos após aquisição dos equipamentos, do término do prazo de vigência ou da data de rescisão do presente termo,

conforme o que ocorrer primeiro, observando as regras da Lei nº 14.133/2021, no que couber a este ato;

III. A administração pública fornecerá manuais específicos às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, tendo como premissas a simplificação e a racionalização dos procedimentos; (**Lei 13.019/2014, Art. 63, § 1º**)

III.I. Eventuais alterações no conteúdo dos manuais referidos devem ser previamente informadas à organização da sociedade civil, e publicadas em meios oficiais de comunicação;

IV. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas; (**Lei 13.019/2014, Art. 64**)

IV.I. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente; **§ 1º**

IV.II. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes; **§ 2º**

IV.III. A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados; **§ 3º**

IV.IV. A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e no termo de Fomento; **§ 4º**.

V. A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração ou de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, além dos seguintes relatórios: (**Lei 13.019/2014, Art. 66**)

V.I. Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, demonstrando:

- a)** o alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
- b)** a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- c)** Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros; e
- d)** Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver.

- e)** O relatório deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:
- f)** Dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- g)** Do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e
- h)** Da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

V.II. A organização da sociedade civil deverá apresentar justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas.

V.III. Relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho;

VI. A administração pública deverá considerar ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver: **(Lei 13.019/2014)**,

VI.I. Relatório de visita técnica **in loco** eventualmente realizada durante a execução da parceria;

VI.II. Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento;

VII. O gestor emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria celebrada, conforme o previsto no item 2.4., IV e V, do presente termo; **(Lei 13.019/2014, Art. 67)**

VIII. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano; **(Lei 13.019/2014, Art. 69)**

IX. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação; **(Lei 13.019/2014, Art. 70)**

IX.I. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do resarcimento, nos termos da legislação vigente;

IX.II. Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração ou de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos; (**Lei 13.019/2014, Art. 72, § 2º**)

CLÁUSULA SEXTA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO (Lei 13.019/2014, Art. 42, VII)

I. Nas parcerias com vigência superior a 01 (um) ano, a administração pública realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas. (**Lei 13.019/2014, Art. 58, §2º**)

II. A administração pública emitirá o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação (RTMA) de parceria celebrada e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil; (**Lei 13.019/2014, Art. 59**)

III. O Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação (RTMA) da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter: (**Lei 13.019/2014, Art. 59, § 1º**)

III.I. Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

III.II. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III.III. Valores efetivamente transferidos pela administração pública;

III.IV. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos na parceria;

III.V. Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias;

IV. No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores; **(Lei 13.019/2014, Art. 59, § 2º)**

V. Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes de atuação; (**Lei 13.019/2014, Art. 60**)

V.I. A parceria estará também sujeita aos mecanismos de controle social;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos, após a consecução do objeto do Termo de Fomento, observado o disposto no respectivo termo e na legislação vigente; (**Lei 13.019/2014, Art. 36 e 42**)

II. Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria a organização da sociedade civil que: (**Lei 13.019/2014, Art. 39**)

II.I. Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II.II. Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

II.III. Tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrada parceria, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

II.IV. Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:

a) For sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

b) For reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

c) A apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

II.V. Tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) Suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) Com suspensão temporária na participação de chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo sancionadora;

d) Com a declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

II.VI. Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

II.VII. Tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos;

b) Julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos;

III. Fica assegurado o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a parceria, bem como aos locais de execução do respectivo objeto; (**Lei 13.019/2014, Art. 42, XV**)

IV. É facultado aos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias; (**Lei 13.019/2014, Art. 42, XVI**)

V. A inadimplência da administração pública não transfere à organização da sociedade civil a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria com recursos próprios; (**Lei 13.019/2014, Art. 46, §1º**)

VI. O pagamento de remuneração da equipe contratada (quando houver) pela organização da sociedade civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público; (**Lei 13.019/2014, Art. 46, §3º**)

VII. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original; (**Lei 13.019/2014, Art. 57**)

VIII. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens; (**Lei 13.019/2014, Art. 62, I**)

IX. Para a execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com a legislação específica, a administração pública, poderá garantir a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções: (**Lei 13.019/2014, Art. 73**)

IX.I. Advertência;

IX.II. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

IX.III. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II;

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste convênio fica eleito o foro da Comarca de Aracaju/SE, com renúncia a qualquer outro por mais especial que seja.

E por estarem os convenientes justos e conveniados, firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Aracaju/SE,

DÉBORA CRISTINA FONTES LEITE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE

MARCIA DE OLIVEIRA Assinado de forma digital
por MARCIA DE OLIVEIRA
GUIMARAES:40704793504
3504 Dados: 2025.09.26 08:25:18
-03'00'

MÁRCIA DE OLIVEIRA GUIMARÃES

REPRESENTANTE LEGAL

FUNDAÇÃO DE BENEFICÊNCIA HOSPITAL DE CIRURGIA



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 476E-4818-929F-E0EA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ DÉBORA CRISTINA FONTES LEITE (CPF 481.XXX.XXX-00) em 30/09/2025 09:59:53 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/476E-4818-929F-E0EA>